



## Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ibiara-PB

### National School Feeding Program in Ibiara-PB

Jocimario Alves Pereira<sup>1</sup>, Joelma Farias Vieira de Jesus<sup>2</sup>, Natanaelma Silva da Costa<sup>3</sup>, Marcos Barros de Medeiros<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba/E-mail: mario.alves\_@hotmail.com;

<sup>2</sup>Licenciada em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em Ciências Agrárias (Agroecologia) pela UFPB/E-mail: joelmaagronomia@gmail.com

<sup>3</sup>Possui graduação em Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba e Doutoranda em Biotecnologia pela RENORBIO – UFPB/E-mail:ampnatanaelma2@yahoo.com.br;

<sup>4</sup>Doutor em Entomologia e Professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA, Bananeiras – PB/E-mail:mbmedeir2016@gmail.com.

**RESUMO**-A educação pública brasileira é alvo de debate e reflexões, sempre buscando a escola ideal, que atenda às necessidades da sociedade. Com essa perspectiva de uma escola para todos passamos por diversas teorias pedagógicas, projetos e programas, que buscam promover além da formação científica e cidadã. Com as dimensões continentais do Brasil e as instabilidades históricas de nossa política administrativa, tornasse passível de dúvidas à efetivação de programas ou projetos nacionais, o que leva a um terreno fértil para pesquisas e diálogos da confirmação positiva de seus resultados. Uma vez que o PNAE se apresenta como um programa de importância sistêmica no campo da educação e da agricultura familiar, visto que uma vez bem executado apresenta benefícios múltiplos aos públicos envolvidos. Que é exatamente o objetivo desse trabalho. O trabalho foi realizado no município de Ibiara – PB, cidade do alto sertão paraibano que fica a 460 km da capital do estado. Atendendo uma população estudantil de 1572, o município conta com sete escolas municipais (pré-escola, creche, ensino fundamental I e II), quatro escolas estaduais (Ensino fundamental I e II, e ensino médio). Notoriamente os valores repassados pelo programa devem ser atualizados, o que sugerimos a correção da base de cálculo de acordo com a inflação, e a necessidade da desburocratização. Nesse trabalho foi possível notar os anseios da sociedade em relação aos programas sócias, assim como o desenvolvimento comunitário, e que o Pnae, produz um círculo de avanço, mas que ainda não é amplamente discutido no município.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Educação. Alimentação.

**ABSTRACT**- Brazilian public education is the subject of debate and reflection, always seeking the ideal school, which meets the needs of society. With this perspective of a school for all, we go through various pedagogical theories, projects and pro-grams that seek to promote beyond scientific and civic education. With the continental dimensions of Brazil and the historical instabilities of our administrative policy, it would be doubtful to implement national programs or projects, which leads to fer-tile ground for research and dialogues of positive confirmation of its results. Since the Pnae presents itself as a program of systemic importance in the field of family education and agriculture, since once well executed presents multiple benefits to the public involved. Which is exactly the purpose of this work. The work was carried out in the municipality of Ibiara - PB, a city in the upper Sertão of Paraíba, located 460 km from the state capital. Taking into account a student population of 1572, the municipality has seven municipal schools (pre-school, kindergarten, elementary school I and II), four state schools (Elementary School I and II, and secondary school). Notoriously, the values transferred by the program must be updated, which suggests the correction of the calculation basis according to inflation, and the need for debureaucratization. In this work it was possible to note the aspirations of society in relation to partner programs, as well as community development, and that the Pnae produces a circle of advancement but is not yet widely discussed in the municipality.

**Keywords:** Family farming. Education. Food.

## INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira é alvo de debate e reflexão, sempre buscando a escola ideal, que atenda às necessidades da sociedade, de uma forma igualitária a todas as classes, culturas e faixa etárias (MARRACH *et al.*, 1996). Com essa perspectiva de uma escola para todos passamos por diversas teorias pedagógicas, projetos e programas, que buscam promover além da formação científica e cidadania, realizar um acolhimento social (LIBÂNEO, 2012).

O nosso contexto contemporâneo escolar mostra números preocupantes, em 2015 o Brasil ficou em 60ª posição de uma lista de 75 países avaliados sobre a qualidade da educação (G1, 2015), porém segundo Marchelli (2013) as formas de avaliações não levam em consideração as observações da acolhida social, além que minimamente há uma evolução na educação brasileira, assim como no seu sistema de ensino e suas práticas pedagógicas.

O Brasil investe em grandes programas para educação, tendo sempre uma visão social, onde podemos citar o programa Mais Educação, o Programa Universidades para Todos (Prouni), Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação escolar (Pnae), entre outros, demonstrando a preocupação com a qualidade de ensino, mas buscando uma evolução do contexto social em que o cidadão vive (PIRES, 2013).

O Pnae é um dos programas brasileiros mais importantes no sistema público de educação, popularmente conhecido como merenda escolar, é uma eminente estratégia de segurança nutricional, atendendo mais de 45 milhões de estudantes diariamente (VASCONCELOS, 2016, p. 906), a distribuição de alimentos nas escolas brasileiras, é vinculado ao Ministério da Educação (MEC) desde 1955 como afirma Nogueira (2016), mas tem origem em ações dos anos 30, como cita Vasconcelos (2016) que devido problemas de saúde pública, ocasionadas por doenças nutricionais, foi implantado alimentação escolar.

Com as dimensões continentais do Brasil e as instabilidades históricas de nossa política administrativa, tornasse passível de dúvidas à efetivação de programas ou projetos nacionais, o que leva a um terreno fértil para pesquisas e diálogos da confirmação positiva de seus resultados. Uma vez que o Pnae se apresenta como um programa de importância sistêmica no campo da educação e da agricultura familiar, visto que uma vez bem executado apresenta benefícios múltiplos aos públicos envolvidos. Que é exatamente o objetivo desse trabalho, que avaliou a execução do Pnae e resultados desse programa, em pequenos municípios do interior nordestino, tomando como base da pesquisa o município de Ibiara – PB.

Trabalhos com essa intenção de acolhimento de informações e produção científica, auxiliando o desenvolvimento social, político e econômico, ainda age como ferramenta fiscalizadora e de orientação para que todas as ementas da educação sejam cumpridas, alcançado os resultados esperados pelo Ministério da Educação e por toda sociedade (VIANA, 2005).

### Programas Sociais na Educação Pública Brasileira

O Brasil é um país em ascensão, e que busca o seu desenvolvimento econômico, industrial e social, porém

enfrentam diversos problemas devidos não fornece uma base sólida nos seus serviços básicos de Saúde, Educação e Segurança, com uma heterogeneidade em seu território, em que a desigualdade entre Sul, Sudeste, Norte, Nordeste transparece realidades divergentes de um mesmo país (CHEIN; LEMOS; ASSUNÇÃO, 2007).

Na busca pelo ressarcimento com a população menos assistida, o governo estabelece políticas públicas através de programas sociais principalmente ligados ao serviço de educação, onde podemos citar um dos maiores programas de transferência de renda do mundo o Programa Bolsa Família, onde as famílias participantes têm que garantir a frequência 85% escolar das crianças e adolescentes do âmbito familiar (BRASIL a., 2004).

Outro programa para Ensino Básico vinculado a transferência de renda é o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que exige uma frequência mínima dos participantes de 85%, atendendo crianças e adolescentes até 16 anos, o PETI valorizar o conhecimento fortalecendo a educação, orienta a família, tentando transformar a realidade dos participantes (MATRIZ, 2016).

Além do Bolsa Família e PETI, programas como o Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) objetiva o incentivo da educação com a transferência de renda, esse programa que atende jovens até 29 anos, oferece incentivo através de remuneração dos seus educandos, os quais tem que manter uma frequência de 75% de todas as atividades propostas curso (BRASIL b., 2008).

Mas os programas socioeducativos, não são apenas firmados por auxílios financeiros, os investimentos vão adiante com alicerces voltados à formação de professores através da PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) que objetiva induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País (BRASÍLIA a., 2015, p.1).

Ainda dispõe do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), SISU (Sistema de Seleção Unificada), Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), entre outros mecanismos que democratizam o ingresso no ensino superior, proporcionando a idealização para formação de uma base curricular comum e integrada, minimizando as diferenças sociais na educação (DA SILVA; SANTOS, 2014).

Conta também com o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), PRC (Projeto de Redesenho Curricular), entre muitos outros, que estão sempre presente no cotidiano do ensino público, assim como Pnae que está diariamente alimentando crianças e adolescentes do ensino básico, desde a creche até o ensino médio, sendo delegado constitucionalmente o dever do repasse por parte do estado (BRASÍLIA b., 2016).

### Programa Nacional de Alimentação Escolar

Dê acordo com Stolarski (2014, p. 11) “O Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae representa a política pública mais longeva do Brasil na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”. Desde a

década de 50 o país objetiva atender as necessidades nutricionais, estabelecendo metas, possuindo variação no cardápio de alimentos distribuídos, que varia no contexto histórico de acordo com os interesses políticos da época (STEFANINI, 1997).

Perante a constituição no artigo 208 o estado tem dever com - “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL c., 1988, p. 70). Assim sendo lei constituinte o programa apresentou maior estabilidade e universalidade de atendimento aos educandos.

O desenvolvimento do PNAE na década de noventa, partiu de uma descentralização, com a criação do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) que integra todos os estados e municípios brasileiros, agindo como um pré-requisito para participar do programa de alimentação (STOLARSKI, 2014). Onde afirma Peixinho (2011, p. 42) “o processo de descentralização, entre outros, é apontado como um avanço da direção de maior democratização e justiça na distribuição dos benefícios sociais”.

Os recursos para o programa vêm do Tesouro Nacional, sendo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que repassa para Entidades Executoras (EEx), e são reesponsáveis pela aplicação do PNAE. Sendo os CAE as unidades fiscalizadoras, reesponsáveis pela comunicação aos órgãos competentes, no caso de irregularidades, assim como qualquer cidadão pode fiscalizar a funcionalidade do programa nos sites de transparência (BRÁSÍLIA b., 2016).

Com trabalho educativo do programa, proporciona um suporte nutricional, assim com uma realização social de distribuição de alimentos, o PNAE buscar fortalecer a Agricultura Familiar desde 2009, como afirma Saraiva *et al.* (2013, p.928):

O FNDE faz os repasses de verbas provenientes do governo federal para a alimentação escolar dos estados e municípios, com base no número de alunos matriculados na educação básica. Uma das diretrizes estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total destes recursos sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar (AF), local, regional ou nacional. O Programa, a partir destas diretrizes, tornou-se um importante segmento institucional para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Dessa forma, além de proporcionar a seguridade alimentar para os estudantes, fortalece o trabalho agrícola, permitindo a valorização da cultura local através de seus hábitos alimentares. Vale salientar que os cardápios servidos nas escolas devem ser elaborados por nutricionistas, que devem levar em consideração a disponibilidade de tais alimentos, como a costumes da comunidade (PINHO; MARTÍNEZ, 2014). Afirmativa ressaltada por De Paula Ribeiro, Ceratti e Broch (2013, p. 47): o PNAE tem sido um instrumento capaz de legitimar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões, pois busca a localização e a regionalização da alimentação escolar; constitui-se em expressivo mercado consumidor de diferentes demandas reprimidas bens e serviços da economia urbana (gerando emprego e renda) e rural (ao

adquirir produtos da agricultura familiar, mantendo o produtor e sua família no campo); permitindo a inclusão tanto de beneficiários como fornecedores, e respeitando culturas, tradições e comportamentos alimentares tão diferenciados.

O que põe em relevância a excursão desse tipo de programa que se tornou uma cadeia social. Sendo assim mais um forte indicativo da necessidade de pesquisa na área, assim como de um diálogo institucional de como as atividades do programa vem interagindo com a comunidade e se a sua excursão está seguindo todos seus panoramas.

## METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no município de Ibiara – PB, cidade do alto sertão paraibano que fica a 460 km da capital do estado. Atendendo uma população estudantil de 1572, o município conta com sete escolas municipais (pré-escola, creche, ensino fundamental I e II), quatro escolas estaduais (Ensino fundamental I e II, e ensino médio) (FNDE, 2016), onde todas participam do PNAE.

Assim para acolhimento de dados para este trabalho, utilizou-se de pesquisa documental, e como entrevistas aos gestores escolares, agricultores e técnico da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) que operacionalizar e coordenada à execução do PNAE junto a Agricultura Familiar.

A pesquisa documental embasou e deu suporte ao levantamento histórico do programa, assim como de sua funcionalidade, como afirma Sá-Silva, De Almeida e Guindani (2015, p. 7):

A valorização do documento como garantia de objetividade, marca indelével dos historiadores positivistas, exclui a noção de intencionalidade contida na ação estudada e na ação do pesquisador, sendo esse processo construído historicamente. [...] O próprio fato de nomear a palavra documento aos testemunhos históricos traduz uma concepção de história que confunde o real com o documento e o transforma em conhecimento histórico. Captar o real nessa lógica cartesiana seria conhecer os fatos relevantes e fundamentais que si impõem por si mesmos ao conhecimento do pesquisador.

Para melhor condução das entrevistas lançamos mão de um roteiro investigativo, composto por questões que visou traçar um perfil dos entrevistados e aprofundar de forma mais incisiva na temática de execução do Pnae. Com a entrevista buscamos qualificar dados, mensurando a opinião dos participantes, como explica Boni e Quaresma (2005, p 72): “os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados”.

Desta forma transparecendo fatos literários a dados vinculados da comunidade, para formalização das atividades apresentadas nesse trabalho, contribuindo para comunidade local, assim como para todos que participam do programa. Da forma que corrobora Margotti (2011, p. 1) a dinâmica do conhecimento no mundo depende de

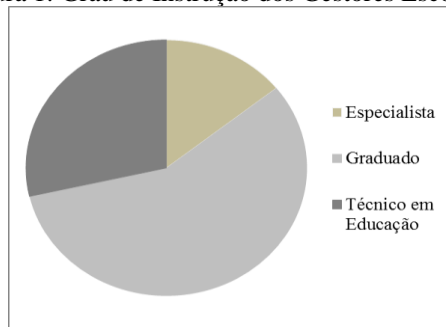
pesquisas e técnicas que vêm sendo estudadas para o desenvolvimento físico e intelectual da sociedade. A partir de novas pesquisas e novas técnicas, cientistas descobrem novos métodos de aprimoramentos essenciais para o desenvolvimento da vida e da sociedade.

## RESULTADOS E DISCURSÃO

Dê acordo com a coleta de dados podemos constata que todas as escolas (100%) do município de Ibiara – PB (seja da esfera municipal ou estadual) participam ativamente do Programa de Alimentação Escolar, e que se articulam com a EMATER pela participação dos agricultores familiares. Os recursos direcionados a agricultura familiar é negociando com sete agricultores do município de Ibiara e municípios vizinhos.

Traçando um perfil dos gestores educacionais entrevistamos temos que mais de 66% dos gestores possui graduação, cerca de 33% técnico em educação, e aproximadamente 16% possuem especialização (FIGURA 1).

Figura 1: Grau de Instrução dos Gestores Escolares



Mesmo com números tímidos na formação dos gestores, todos eles afirmam receber formação e treinamento satisfatório sobre o PNAE, e mais de 85% deles estão a pelo menos cinco anos a frente da gestão em suas respectivas instituições, essa forma estão habituados ao trabalho do PNAE. Indo em conformidade com De Souza (2006, p. 228) onde ele afirma que:

Sabe-se que a permanência por longos períodos à frente da direção da escola, através do domínio da política escolar, é possível de se realizar também a partir do domínio da burocracia escolar, vale dizer a partir do controle sobre os instrumentos e processos técnico-administrativos da instituição.

As compras realizadas na agricultura familiar pelo PNAE das escolas de Ibiara 30% são feitas a produtores de município vizinho, os 70% são feitas a agricultores do município de Ibiara – PB. Em média anual sua renda lucrativa é de R\$ 10.000, o que garante menos de um salário mínimo mensal.

A renda familiar de todos os agricultores tem com base econômica a produção agrícola, porém todos detêm outras fontes de renda complementares como benefício social (bolsa família, seguro safra, etc.). Os agricultores vendem sempre de acordo com sua capacidade produtiva e necessidade de compra das escolas cumprindo os estabelecimentos de fornecimento do programa, fazendo entrega sempre de forma semanal.

Com contínuo trabalho as percepções dos participantes se aguçam, onde os gestores como também agricultores, relatam a valorização cultural da alimentação na merenda escolar, proporcionando a continuidade de costumes alimentares, onde alguns desses alimentos estão ligados a expressões culturais folclóricas de determinadas épocas ou datas comemorativas, assim como no cotidiano. Salientando que o cardápio da merenda escolar é elaborado por nutricionistas, que levam em conta nessa elaboração as singularidades da cultura local, assim como as variedades alimentares produzidas pela agricultura familiar.

Ratificado pelos entrevistados a merenda escolar é de suma importância na alimentação das crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para uma formação alimentar, com refeições variadas que educar o paladar, mas sendo mais importa a capacidade de repor as necessidades nutricionais dos educandos que muitas vezes passam por necessidades nutricionais em suas residências.

Os gestores escolares certificam a participação da agricultura familiar, onde os agricultores contribuem na elaboração do cardápio, principalmente na exposição de seus produtos juntos a secretaria de educação, e a parti dessa situação fornece a conhecimento aos nutricionistas para que possa elabora cardápio, sendo uma situação de troca de conhecimento entre os participantes, o que de acordo com Silva e Sousa (2013, p. 711) é fundamental, afirmando que:

O Guia Alimentar para a População Brasileira destaca a importância do consumo dos alimentos regionais para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Outro aspecto é a importância da diversidade de alimentos, como ressalta o documento da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) sobre biodiversidade e sustentabilidade. Nesse caso, os pequenos produtores são peças fundamentais para a manutenção da biodiversidade agrícola, ao utilizarem sistemas de produção sustentáveis respeitando a natureza e propondo modos de produção que busquem manter a biodiversidade agrícola.

Na Paraíba desenvolve-se uma articulação da PRDC (Procuradoria Regional do Direito do Cidadão) - MPF (Ministério Público Federal), Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDETs) e EMATER - PB que juntamente com agricultores familiares do estado discutiram a execução do Pnae em 2015.

Isso que resultou em uma recomendação do MPF aos municípios do território paraibano e à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba enfatizando a necessidade de cumprimento do Pnae e reforçando a necessidade de melhor divulgar as chamadas públicas e para melhor divulgar o site da GU tornando-se uma importante ferramenta. Essa ferramenta foi utilizada por algumas escolas municipais da cidade de João Pessoa e Campina Grande, e todas as escolas do sistema estadual de ensino, incluído as quatro escolas da rede estadual que se situa no município de Ibiara.

No município de Ibiara os agricultores assim como o técnico da EMATER afirmam a grande importância do PNAE para agricultura familiar, proporcionando aos produtores familiares, inclusão social, qualidade de vida,

que estimulam a produtividade assim como uma boa geração de renda. Sendo satisfatória a execução do programa no município.

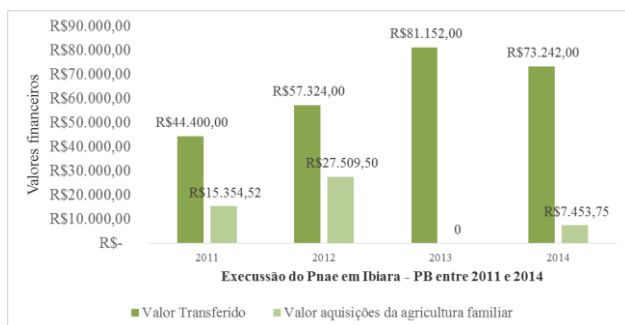
Sendo cumprida a execução do programa no município, apresenta algumas ressalvas quanto a apreciação da lei (11.947/2009) que rege o programa, segundo os entrevistados, a chamada pública é o principal problema, onde a divulgação não é amplamente divulgada, sendo claro esse problema principalmente na fala dos agricultores participantes, que tomaram conhecimento pela gestão de forma informal. Segundo a EMATER isso implicar na possibilidade da participação inadequada do programa com “empréstimos” da DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf) que é um documento exigido para participação dos agricultores no PNAE, o que configuraria fraude.

Esse problema da chamada pública pode ocorrer devido à fragilidade da organização agrícola local, que apesar de contar com várias associações agrícolas, elas não são ativamente participativas no auxílio dos agricultores, o sindicato também não busca fortalecer a comercialização agrícola da região, e a EMATER não tem condições físicas e econômicas para fornecer tal articulação (a instituição está defasada, necessita de uma reestruturação), sendo essas instituições “apenas fornecedoras de documentos” (LANDINI, 2015, p. 305).

Apesar desse problema na comunidade Ibiarense, eles relacionam vários pontos positivos da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para gestão escolar os mais citados foram a suplementação alimentar, assim como a atratividade dos educados ao espaço educacional; para EMATER a inclusão social dos agricultores é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do setor e região onde o PNAE garante renda e participação social; para os agricultores o ponto mais positivo é mercado de venda garantido com pagamento em dia, o que permitiu melhor planejamento e gerenciamento de suas atividades agrícolas.

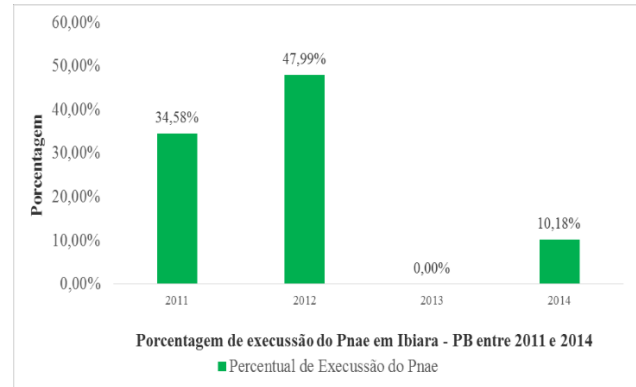
Fazendo uma análise dos dados fornecidos pelo FNDE do valor de repasse (FIGURA 2) e da porcentagem de execução do PNAE no município de Ibiara entre os anos de 2011 e 2014 (FIGURA 3) podemos afirmar que o município tem cumprido o mínimo estipulado por lei de cumprimento do PNAE, porém vale destacar que em 2013 não houve execução do programa no município e que em 2014 o percentual praticado foi de 10% ficando muito aquém do mínimo previsto.

**Figura 2:** Valores repassados ao município de Ibiara entre 2011 e 2014 para execução do PNAE.



Fonte: FNDE

**Figura 3:** Porcentagem de execução do PNAE em Ibiara – PB entre 2011 e 2014.



Fonte: FNDE

A oscilação do repasse do programa é um fato determinante que comprova dificuldade no funcionamento do PNAE no município. Demonstrando incoerência que traz prejuízo tanto a educação como agricultura do município.

Mas os entrevistados citam também um ponto comum de negatividade, os gestores afirmam que o valor repassado pelo PNAE é insuficiente, que muitas vezes eles têm que fazer ajustes ao cardápio junto aos nutricionistas para poder atender as suas recomendações, já para os agricultores eles acreditam que o valor reservado a agricultura familiar deveria ser maior que 30%, já que eles produzem de hortaliças, frutas, cereais, leite, frango, peixe e industrializados como doce, iogurte entre outros. Porém falta maior organização e debate sobre assunto na região.

Na resolução dos problemas do programa na região os gestores gostariam muito de ver a correção do valor recebido através do PNAE, que não é atualizado desde 2009, e levando em consideração a inflação a base de cálculo já foi mais do que ultrapassada. Os agricultores almejam subsídios para auxiliar em suas produções, auxílio de extensão agrícola, e fortalecimento do sindicato e associações, assim como ações e tecnologias de combate à seca.

Na compreensão dos entrevistados o PNAE, assim como outros programas que buscam atender as necessidades sociais. A institucionalização do diálogo deveria ser efetivada no cotidiano dos participantes que, focem criados espaços democráticos para o debate. O que leva o pensamento de Rover e Henriques (2006, p. 322):

Existe um amplo consenso relativamente à necessidade da participação para a construção de processos de planejamento do desenvolvimento local, por distintas razões: por preocupações democráticas, por permitir escapar a formas de autoritarismo, ou por procurar maior eficácia nos processos de gestão municipal.

## CONCLUSÃO

O programa apresenta dificuldades, na negociação entre os agricultores e gestões escolares, devido à má organização agrícola da região, o que levar ao entendimento que necessita de maior investimento e apoio a agricultura familiar local. Notoriamente os valores repassados pelo programa devem ser atualizados, o que sugerimos a correção da base de cálculo de acordo com a

inflação, e a necessidade da desburocratização e priorização do mercado local.

Nesse trabalho foi possível notar os anseios da sociedade em relação aos programas sociais, assim como o desenvolvimento comunitário, e que o Programa Nacional de Alimentação Escolar, produz um círculo de avanço, mas que ainda não é amplamente discutido no município.

Assim finalizando essa ação, é pertinente destacar que o andamento da educação no município ocorre de forma gradual, e que os programas sociais estão presentes promovendo crescimento comunitário. Realçando que o diálogo é o melhor caminho para a superação dos entraves, em que buscamos contribuir para abertura de novos trabalhos, e evolução da comunidade, município, região e país.

## REFERÊNCIA

- BRASIL (a). Constituição (2004). Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Regulamento. **Cria O Programa Bolsa Família e Dá Outras Providências.**
- BRASIL (b). Constituição (2008). LEI, Nº. 11.692 de 10 de junho de 2008. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens-PROJOVEM. Brasília, DF, v. 10, 2008.**
- BRASIL (c). Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília.
- BRASÍLIA (a). Capes. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica: PARFOR.** 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 10 abr. 2016
- BRASÍLIA (b). FNDE. **Sobre o PNAE.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- CHEIN, Flávia; LEMOS, Mauro Borges; ASSUNCAO, Juliano Junqueira. Desenvolvimento desigual: Evidências PARA O Brasil **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 301-330, setembro de 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402007000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402007000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- DA SILVA, Cleliani de Cassia. Alimentação e crescimento saudável em escolares. **Alimentação, Atividade Física e Qualidade de Vida dos Escolares do Município de Vinhedo/SP**, p. 15-21, 2009.
- DE PAULA RIBEIRO, Ana Lúcia; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.
- DE SOUZA, Ângelo Ricardo. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil.** 2006. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FNDE. **Alunado por Ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- G1 (São Paulo) (Ed.). **Brasil ocupa 60ª posição em ranking de educação em lista com 76 países:** Em primeiro lugar está Cingapura, seguido de Hon Kong e Coreia do Sul. Na última posição do ranking está Gana.. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/brasil-ocupa-60-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- LANDINI, Fernando Pablo. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p. 371-377, 2015.
- LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- MARCHELLI, Paulo Sérgio. Expansão e qualidade da educação básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 561-585, 2013.
- MARGOTTI, Lucas Vinicius. A Importância do Trabalho Científico. **Administradores**. p. 1-1. fev. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-do-trabalho-cientifico/52528/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- MARRACH, Sonia Alem et al. Neoliberalismo e educação. **Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo: Cortez**, p. 42-56, 1996.
- MATRIZ (Comp.). **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: PETI.** Disponível em: <<http://matriz.sipia.gov.br/promocao/acoes-e-programas/16-peti>>. Acesso em: 10 abr. 2016
- NOGUEIRA, Rosana Maria et al. Sessenta Anos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 29, n. 2, p.253-267, 2016.
- ROVER, Óscar José; HENRIQUES, Maria Adosinda. A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 75, p. 117-137, 2006.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2015.
- SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cien Saude Colet**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.
- SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Estado de Santa

Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 6, p. 701-714, 2013.

SILVA, Vailton Afonso da; SANTOS, Geovânia Silva. O QUE DOCENTES E DISCENTES DO IFNMG CAMPUS SALINAS SABEM SOBRE OS PROGRAMAS DO GOVERNO VINCULADOS AO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM). In: PROGRAMA DE APOIO À PRODUTIVIDADE EM PESQUISA (PROAPE), 2014, Salinas. **Anais**. Salinas: (PROAPE), 2014. p. 1 - 13. Disponível em: <[http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2014/GT07/GT\\_07\\_x23x.PDF](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT07/GT_07_x23x.PDF)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. **São Paulo**, 1997.

STOLARSKI, Márcia Cristina. Caminhos da alimentação escolar no século XXI: histórico da política nacional e avanços na gestão do Paraná. **ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO PARANÁ**, p. 9, 2014.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **UM RESGATE HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE**

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR–PNAE**. São Paulo. p. 133, 2011

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. MARTÍNEZ, Silvia Alicia. *Revista Philologus*, Ano 20, Nº 60 Supl. 1: **Anais da IX JNLFLP**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 2320-2332, set./dez.2014.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, p. 513-532, 2013.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de (Ed.). Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e possibilidades para a garantia do direito humano à alimentação adequada, saudável e sustentável. **Editorial**. São Paulo, p. 906-906. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n4/01.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação de Programas Educacionais: duas questões. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n. 32, p. 43-56, 2005.